

Informativo da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos

Boletim nº 02 - fevereiro de 2008

Nesta edição iniciamos a mobilização para a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos. Anote em sua agenda: será realizada de 15 a 18 de dezembro de 2008 tendo como tema central a revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. A Etapa Estadual será aberta no dia 1º de maio e encerrada em 15 de agosto. Os 1.200 delegados serão escolhidos com base no princípio de garantir a participação democrática de todos os segmentos e grupos sociais. 60% deles serão escolhidos pela sociedade e 40% por órgãos do poder público ligado aos direitos humanos, onde pretendem garantir e estruturar um processo participativo e decisivo para a população nas ações e nas políticas de direitos humanos no País.

A XI edição da Conferência ocorre num ano com excepcional convergência de datas simbólicas: 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 120 anos da Abolição da Escravatura, 20 anos da "Constituição Cidadã", 40 anos das lutas de Maio de 1968. Outras conferências nacionais relevantes para os direitos humanos serão realizadas no decorrer do ano, ensejando um papel consolidador da Conferência de Direitos Humanos.

As diretrizes nacionais que orientam a atuação do Poder Público foram criadas em 1996, ano de lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), estruturado em torno da garantia dos direitos civis e políticos. O plano foi revisado e atualizado em 2002, quando houve lançamento do PNDH II, incorporando os direitos econômicos, sociais e culturais desde a perspectiva de indivisibilidade e interdependência, expressa na Declaração e Programa de Ação de Viena. Ambos os programas foram construídos em diálogo com a Sociedade Civil por meio de seminários e consultas aos atores sociais. Em 2008, a Conferência terá a missão de produzir propostas para a revisão e atualização do PNDH, com base na dinâmica das lutas no Brasil e no mundo nos anos 2000. Será possível pactuar compromissos e propor diretrizes para as políticas públicas na área, com impactos nos orçamentos federal e estadual.

Preparativos

Os preparativos da XI Conferência tiveram início em agosto de 2007, com o diálogo entre as organizações que tradicionalmente têm promovido os encontros. Um Grupo de Trabalho (GT) constituído de forma paritária Sociedade Civil e Poder Público, foi criado a partir desse processo de interlocução, com objetivo de coordenar os trabalhos, inclusive acompanhando a etapa estadual.

O GT está constituído de uma coordenação executiva integrada por representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH, sociedade civil articulado no Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos - FENDH e na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM.

Além desses, integram o GT compondo a Sociedade Civil, Fala Preta; Terra de Direitos; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE; Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST; Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – AGLBT; Ação Brasileira de Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH; Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCA Brasil; Justiça Global; Coletivo de Entidades Negras; Conselho Federal de Psicologia; Conselho Indigenista Missionário. Compondo o Poder Público, o Ministério Público Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o Conselho Nacional de Justiça, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e os Ministérios da Justiça, Saúde, Relações Exteriores, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cultura, Trabalho, Educação e Emprego, e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos SEDH-PR, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Geral da Presidência da República. O GT tem 28 membros titulares e igual número de suplentes, sendo metade representando a sociedade civil e metade o poder público.

Texto-Base (material de subsídios e cadernos)

Será divulgado em março texto-base conciso, orientador, com questões a serem debatidas durante o processo das Conferências Estaduais e da Nacional. Além de incentivar o debate em torno de questões centrais de Direitos Humanos o texto base será um instrumento na formulação ou revisão dos Programas Estaduais de Direitos Humanos

Serão divulgados pelo site da SEDH/Conferência subsídios para as etapas, como os tratados internacionais, o PNDH I e II, propostas de atualização, compilação das deliberações das últimas conferências nacionais importantes para os direitos humanos (saúde, educação, assistência social, criança e adolescente etc).

Os cadernos temáticos, de caráter mais avaliativo, a princípio serão produzidos de forma autônoma pelo Poder Público, Sociedade Civil e todos os atores envolvidos no processo.

Delegados

A Conferência Nacional contará com 1200 delegados que serão escolhidos com base no princípio de garantir a participação democrática de todos os segmentos e grupos sociais. O número de delegados à etapa nacional da Conferência resultou de um estudo feito pelo GT, com 40% para o poder público e 60% para a sociedade civil.

Participação

Poder Público

Os 144 delegados do Poder Público Federal na Etapa Nacional serão e designados pelos seus respectivos Órgãos considerando Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União e seis (6) representante do Poder Público que integra os Conselhos e Comissões Nacionais da área de direitos humanos vinculados a SEDH.

Nas Conferências Estaduais serão eleitos 30 Delegados também considerado Poder Público Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como Ministério Público, Defensorias dos Estados entre outros. (vide quadro abaixo)

Sociedade Civil

A sociedade civil elegerá, na etapa estadual, 658 delegados em todas as unidades da Federação, além da designação, pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, de 50 delegados nacionais. Serão designados 12 representantes da sociedade civil que integram os Conselhos e Comissões Nacionais da área de direitos humanos vinculados à SEDH.

Haverá uma cota de 1/3 do total de delegados da sociedade civil escolhidos no processo das conferências estaduais. A parcela deverá contemplar representante de grupos historicamente vulneráveis e também grupos e movimentos com histórico de fragilidade e violação de direitos. As etapas estaduais terão o desafio de incorporar, dentro dessa cota, pessoas não organizadas e vítimas de violação sistemática de direitos. Não serão estabelecidas cotas para esses segmentos, mas será elaborado um documento de referência. As conferências estaduais deverão justificar os critérios utilizados para eleger os delegados indicados a compor a cota de 1/3, com base nos termos de referência indicados pelo GT nacional. (vide quadro abaixo)

Etapa Estadual

A XI Conferência Nacional de Direitos Humanos será precedida de Conferências Estaduais e do Distrito Federal e serão realizadas no período de 01 de maio a 15 de agosto de 2008. O não cumprimento dos prazos das etapas previstas em todas as Unidades Federadas não constituirá impedimento à realização da etapa Nacional no prazo previsto.

As Convocações das Conferências Estaduais se darão na forma da lei estadual e, na ausência desta, pelo governador, em um prazo determinado. Caso o Executivo

estadual não a convoque até o prazo definido em Regimento Interno esta poderá ser convocada pela Sociedade Civil mediante acordo das organizações e instituições com atuação em Direitos Humanos no âmbito do respectivo Estado.

Comissões organizadoras estaduais

Para a realização de uma Conferência Estadual deverá ser constituída uma Comissão organizadora Estadual paritária (Poder Público e Sociedade Civil). A sociedade civil indicará de forma autônoma seus representantes e o poder público será composto dos poderes executivo, legislativo (em especial as Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas), poder judiciário, do Ministério Público e defensorias públicas estaduais. Essas comissões deverão organizar os processos estaduais, inclusive enviar os subsídios para a revisão do PNDH ao GT nacional.

Os representantes do GT deverão acompanhar e apoiar o processo das conferências estaduais com pelo menos um representante.

Eventos municipais

A configuração e o formato de eventuais conferências ou encontros municipais e de outros eventos preparatórios das conferências estaduais não serão objeto de recomendação ou indicação do GT nacional. Não serão escolhidos delegados em eventos municipais.

As Conferências tem se constituído espaço democrático e pluralista de formulação de estratégia para promoção dos direitos humanos no País. Tem contribuído para a integração do Brasil ao sistema internacional de direitos humanos e a incorporação dos tratados e convenções internacionais na legislação internacional.

Para 2008 – ano em que comemoramos os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos- a Conferência será realizada a partir de um amplo processo de mobilização, reflexão e debates. Para esse mutirão de debates estão todos convidados a se integrarem plenamente ao itinerário de lutas que as comissões parlamentares e movimentos sociais dos direitos humanos trilharam nas últimas décadas.

COMPOSIÇÃO XI CONFERÊNCIA

Nacional		Estadual		Total	
360		840		1.200	
Poder Público	Sociedade Civil	Poder Público	Sociedade Civil	Poder Público	Sociedade Civil
144 + 06	50 + 12	330	658	480	720

Instituições	Delegados
Poder Executivo	103
Poder Legislativo	10
Poder Judiciário	05
Ministério Público Federal	21
Defensoria Pública da União	05
Total de Delegados	144

Ministérios e Secretarias Especiais	Delegados
SEDH	30
SEPPIR- SPM- MDS - MRE - MS - MEC - MTE - SECRETARIA GERAL – MCidades – MJ – CULTURA – MDA ESPORTE (4 vagas cada)	52
MEIO AMBIENTE (3 vagas)	03
PREVIDÊNCIA - AGRICULTURA- CIENCIA E TECNOLOGIA - PLANEJAMENTO - DEFESA- COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES - PESCA - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (02 vagas)	18
Total de Delegados	103

Representações – Conselhos /Comissões Nac.	Socied. Civil	Poder Público	Totais
CDDPH	02	01	03
CONANDA	02	01	03
CONADE	02	01	03
CNDI	02	01	03
CNCD	02	01	03
CONATRAE	02	01	03
Total	12	06	18

